

“MALFORMAÇÃO FETAL – PREVALÊNCIA DOS SUBTIPOS ENCONTRADOS EM 30 ANOS NO CAISM/UNICAMP”

Palavras-Chave: Malformação fetal, estudo retrospectivo, CAISM.

Autora: Thayane Leme dos Santos, FCM/UNICAMP

Orientadora: Prof^a Dr^a Fernanda G. de Castro Surita - Departamento de Tocoginecologia/UNICAMP

Coautoras: Carolina Bicudo Borrelli - mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tocoginecologia/UNICAMP e Dra. Sirlei Siani Morais - estatística e membro do grupo de pesquisas clínicas SAHAS (Saúde Reprodutiva e Hábitos Saudáveis) do Departamento de Tocoginecologia/UNICAMP.

INTRODUÇÃO:

Malformações fetais ou defeitos congênitos, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), podem ser definidas como anomalias estruturais ou funcionais que ocorrem durante a vida intrauterina.

De acordo com a OMS, a prevalência geral de malformações é de aproximadamente 6%, dado é sabidamente subestimado já que muitas vezes não são contabilizados abortos e interrupções das gestações. Também estima-se que quase 300 mil mortes por ano em crianças com menos de quatro semanas de vida por conta das malformações 1,2.

No Brasil, a prevalência geral é calculada entre 1,4 e 5%, com aproximadamente 60 mil nascimentos ao ano de portadores de malformações. E trata-se também, da segunda maior causa de mortalidade infantil brasileira, correspondendo a 11,2%. Contudo, é importante ressaltar que esses dados ainda são subestimados. Há uma perspectiva de melhora, pois em 2018 tornou-se obrigatória a notificação compulsória das malformações fetais tanto na rede pública quanto na rede privada de saúde.

Quanto às etiologias das malformações sabe-se que são múltiplas (englobando aspectos genéticos, ambientais e desconhecidos) e que fatores maternos e fetais influenciam em sua prevalência. Um exemplo desses fatores é: uso materno de substâncias psicoativas (como tabaco e álcool). Apesar dessa etiologia ampla, cerca de 50% dos casos permanecem sem causa conhecida.

Sendo assim, fica evidente o quão é importante conhecer a prevalência de malformações fetais, pois elas impactam diretamente a saúde pública. Políticas públicas de assistência devem ser prestadas contínua e oportunamente, desde a gestação disponibilizado para a mulher grávida exames diagnósticos, possível interrupção da gravidez, apoio psicológico entre outros, e muitas vezes com situações que perduram por toda a vida.

Este trabalho descreve as malformações fetais, e a sua prevalência em um hospital terciário, o Hospital da Mulher José Aristodemo Pinotti (CAISM).

METODOLOGIA:

Trata-se de um estudo transversal retrospectivo de 30 anos (1986-2016), de dados do banco de dados online do CAISM que é um hospital público terciário, referência regional na atenção à saúde da mulher e do recém-nascido. É uma análise secundária de um trabalho de mestrado que relacionou defeitos congênitos com índice de massa corporal (IMC) materno pré-gestacional.

Os dados incluídos no estudo foram aqueles referentes a mulheres que tiveram parto no CAISM, sendo excluídas, por meio de um controle de qualidade rigoroso, aquelas com dados incompletos, como: gestações múltiplas, registros médicos incompletos e/ou que não permitiram cálculos de IMC. Esses dados foram coletados do banco de dados eletrônico de nascimentos registrados no hospital em questão no período de estudo

O banco de dados eletrônico não possuía os tipos de malformações congênitas. Portanto, para a avaliação da prevalência dos tipos de malformação, foi necessária a consulta individual de prontuários online. Um total de 1.132 casos de malformações foram identificados. Considerando, então, uma população finita ($N = 1.132$), para estimar a prevalência nesta amostra, com um nível de significância de 5% e erro amostral de 1,5 (prevalência de malformação/2%), o tamanho mínimo da amostra foi $N = 895$. Dos 1.132 casos, 900 foram selecionados aleatoriamente e os registros médicos foram revisados para avaliar os tipos de malformações.

Para classificar a malformação, os casos foram agrupados em dez subcategorias de acordo com a Classificação Internacional de Doenças: sistema nervoso, sistema musculoesquelético; sistema circulatório; anormalidades cromossômicas; lábio leporino e fenda palatina; sistema urinário; olhos, ouvidos, rosto e pescoço; sistema digestivo; sistema respiratório e outros 9.

Os dados foram descritos usando a prevalência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Foram analisados 40.217 partos, no período de 1986 à 2016, dentre esses 1.132 possuíam defeitos congênitos, tratando-se, então, de uma prevalência de 2,8% de malformações; e 39.085 dos partos resultaram em conceptos sem malformações. A figura 1 apresenta a distribuição dos casos com e sem defeitos congênitos.

Fluxograma -
Figura 1.

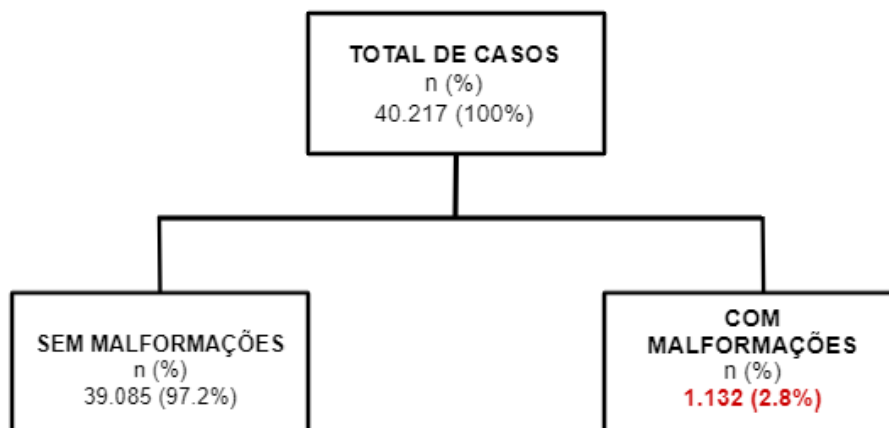


Figura 1. Prevalência de defeitos congênitos de 1986-2016 na amostra estudada.

A maior proporção de malformações que encontramos são as do sistema nervoso, totalizando 47,2% das malformações, com 428 casos. Em seguida, temos as malformações do sistema musculoesquelético e do sistema circulatório, responsáveis por 14,7% e 10,2% respectivamente.

Ademais, também foram encontradas, em ordem decrescente, as seguintes malformações: anormalidades cromossômicas (7,1%), lábio leporino e fenda palatina (6,2%), sistema urinário (6%), olhos, orelhas, rosto e pescoço (1,1%), sistema digestivo (1,1%), sistema respiratório (0,9%) e órgãos genitais (0,6%). (Tabela 1).

Tabela 1 - Malformações em uma amostra aleatória

Tipos de Malformações	N = 900	%
Sistema nervoso	428	47.6
Sistema músculo-esquelético	132	14.7
Sistema circulatório	92	10.2
Anormalidades cromossômicas	64	7.1
Lábio leporino e fenda palatina	56	6.2
Sistema urinário	54	6.0
Olhos, orelhas, rosto e pescoço	10	1.1
Sistema digestivo	10	1.1
Sistema respiratório	8	0.9
Órgãos genitais	5	0.6
Outros	41	4.5

Tabela 1. Subtipo de malformações em uma amostra aleatória.

CONCLUSÕES:

Foi encontrada maior proporção de anomalias no sistema nervoso, sistema musculoesquelético e sistema circulatório, sendo esses responsáveis por 72,5% de todas as malformações estudadas. O que vai de encontro com os dados do estudo de Oliveira e López 6, sobre os dados epidemiológicos das malformações fetais vinculados ao SINASC no Brasil, que diz que as alterações do desenvolvimento do aparelho osteomuscular, sistema nervoso, aparelho digestivo e aparelho circulatório foram, respectivamente, as mais preponderantes, e todas juntas representaram mais de 60% do total de defeitos congênitos no país, o equivalente a uma taxa média de 6/1.000 nascidos vivos por ocorrência hospitalar.

Sendo assim, os portadores de malformações, estão em um número considerável na nossa população e constituem perfis de pacientes com necessidades e demandas diversificadas e especiais de saúde; é imprescindível o aperfeiçoamento da equipe multiprofissional envolvida na assistência ao RN (e subsequentes etapas de vida) e família.

É importante, além de descrever e notificar, que o sistema de saúde Brasileiro adote uma classificação única para os diversos tipos de malformações em todos os serviços de saúde, pois de forma padronizada é mais simples de realizar a análise dos dados. Contribuindo assim para direcionarmos os cuidados em saúde desta população, pois sabendo quais são as malformações mais prevalentes e os fatores associados a elas, pode-se investir em tecnologias que possibilitem diagnósticos mais precoces, acompanhamento pré-natal, aconselhamento genético e até mesmo rastreamento das demandas.

BIBLIOGRAFIA

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Fact sheets: Congenital anomalies.** Who.int, 2020.

Disponível em: < <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/congenital-anomalies> > Acesso em: 01 março de 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Congenital anomalies.** Who.int, 2020. Disponível em: < https://www.who.int/health-topics/congenital-anomalies#tab=tab_1 >. Acesso em: 01 março de 2021.

KIRBY, Russell S. **The prevalence of selected major birth defects in the United States.**

Seminars in perinatology vol. 41, 6, p. 338-344, 2017.

LIMA, I. D. et al. **Perfil dos óbitos por anomalias congênitas no Estado do Rio Grande do**

Norte no período de 2006 a 2013. Revista de Ciências Médicas e Biológicas, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 52-58, 2017.

LAURENTI, Ruy et al. **A Importância das anomalias congênitas ao nascer.** Rev. bras.

crescimento desenvolv. hum., São Paulo, v. 24, n. 3, p. 328-338, 2014.

OLIVEIRA, M.; LÓPEZ, L. **Panorama epidemiológico de malformações congênitas no Brasil (2013-2017)**. Revista Saúde Multidisciplinar, [S. l.], v. 8, n. 2, 2020.

PERSSON, Martina et al. **Risk of major congenital malformations in relation to maternal overweight and obesity severity: cohort study of 1.2 million singletons**. BMJ (Clinical research ed.), vol. 357 j2563. 14 Jun. 2017.

HELLE E, Priest JR. **Maternal Obesity and Diabetes Mellitus as Risk Factors for Congenital Heart Disease in the Offspring**. J Am Heart Assoc. 2020;.

BLOCK, S. R. et al. **Maternal pre-pregnancy body mass index and risk of selected birth defects: evidence of a dose-response relationship**. Paediatr Perinat Epidemiol. 2013.

CHUKWUBUIKE, Kevin Emeka et al. **Prevalence and pattern of birth defects in the two tertiary hospitals in Enugu, South East Nigeria: A hospital-based observational study**. African journal of paediatric surgery (AJPS) vol. 17,3 & 4, 2020.